



Fls. _____

**ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE**

CNPJ 07.783.321/0001-59

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 002/2.023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001/2.023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 002/2.023**

Câmara Municipal de Praia Norte /TO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.783.321/0001-59, com sede no seguinte endereço: Rua Getúlio Vargas, s/n, Centro, CEP: 77.970-000, possuindo o telefone Fone: (063)3488-1216, neste ato representada pelo, Sr.^a **MARIA SOUSA ARAUJO**, brasileira, casada, portador do RG 73.681 SSP/TO, Órgão Emissor SSP-TO e CPF n.º 818.089.171-20, residente e domiciliada na Rua 1 Conjunto popular casa 07 no Município de Praia Norte/TO, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, a **NATANAEL GALVAO LUZ - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 30.129.390/0001-65, com sede sediada na Rua Planalto, n.º 523, Centro, Augustinópolis – TO, neste ato representado pelo sócio proprietário **NATANAEL GALVÃO LUZ**, brasileiro, advogado, portador do RG n.º. 112426099-1 SSP-MA e inscrito no CPF/MF sob o n.º 026112933-33, doravante denominado **CONTRATADO**, pactuam o presente contrato em conformidade com o que dispõe a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos profissionais especializados relativos ao patrocínio e à defesa de causas judiciais ou administrativas em demandas da Câmara Municipal de Praia Norte – TO.

Parágrafo Único – A aquisição consubstanciada no presente contrato, foi objeto de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 13, inc. V e art. 25, inc. II, da Lei n.º. 8.666/93 c/c art. 3º-A, da Lei n.º. 8.906/94, conforme estipulações constantes, conforme processo administrativo em tela, o qual encarta todos os elementos e documentos comprobatórios, aos quais se vincula este contrato, além de submeter-se, também aos preceitos de direito público, aplicando-lhes, ainda, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, especialmente o Estatuto da OAB, o Código de Ética e Disciplina da OAB e demais normas que regem a advocacia, além do Código de Processo Civil e Código Civil, vinculando-se, em tudo, ao aludido processo administrativo e ao ato que determinou a contratação direta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO**, pela execução dos serviços objeto deste contrato, honorários advocatícios contratuais no valor mensal de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais), o que corresponde o valor total de **R\$ 72.000,00** (setenta e dois mil reais).



ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE

CNPJ 07.783.321/0001-59

Parágrafo Primeiro – Os valores contratuais correspondentes aos serviços ora contratados serão atualizados, de forma proporcional, de acordo com a variação percentual positiva da Tabela de Honorários do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Tocantins, Resolução nº. 004/2021 – GP, que “*Dispõe sobre remuneração dos serviços advocatícios e aprova a tabela de honorários advocatícios no Estado do Tocantins*”; norma esta que fixa o mês de março como data-base para correção dos valores estabelecidos na referida tabela.

Parágrafo Segundo – Para efetivação da atualização do valor contratual previsto no parágrafo antecedente, dispensa-se a celebração de aditamento, podendo o mesmo ser registrado por simples apostila, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8666/93.

Parágrafo Terceiro – Os honorários advocatícios contratuais não se confundem com os honorários advocatícios sucumbenciais fixados pela autoridade judiciária ou decorrente da atividade administrativa, sendo que estes honorários sucumbenciais serão integralmente revertidos em favor do CONTRATADO, nos termos do artigo 22 e seguintes, da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB) e art. 85 do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O vencimento dos honorários mensais se dará até o 5º (quinto) dia do mês subsequente à prestação do serviço objeto deste contrato, cujo pagamento se dará por meio de crédito em conta corrente do CONTRATADO ou cheque nominal ao mesmo, podendo, ainda, ser emitido boleto bancário, sem aceite, em nome do CONTRATANTE, haja vista que o vencimento da obrigação possui data pré-determinada.

Parágrafo Primeiro – Havendo impontualidade no pagamento dos honorários contratuais, a parte CONTRATANTE estará sujeito a multa de mora na razão de dez por cento sobre o valor do débito, correção monetária pelos índices do IPCA-E e juros de mora de um por cento por mês em atraso, tudo *pro rata die*.

Parágrafo Segundo – O CONTRATADO poderá suspender a execução dos serviços, após comunicação com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, quando o atraso no pagamento for superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo Terceiro – Juntamente com o pagamento mensal, serão reembolsadas as despesas extras realizadas pelo CONTRATADO, isentas de impostos e tributos, desde que não incluídas no preço pactuado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O CONTRATADO obriga-se a:

Executar os serviços contratados valendo-se das melhores técnicas, zelo e ética, com garantia e qualidade, atendendo as especificações ou termos de referências, fornecidos pela Contratante, complementado com a proposta apresentada, e entregá-los totalmente concluídos.



Fls. _____

**ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE**

CNPJ 07.783.321/0001-59

Realizar atendimentos presenciais e à distância, via telefone, e-mail ou qualquer outro modo de comunicação ou tecnológico.

Comparecer à sede do CONTRATANTE, salvo justificativa plausível, sempre que solicitado a sua presença, considerando que os serviços ora contratados não necessitam da presença dos profissionais do CONTRATADO, de forma ininterrupta, nas dependências físicas do CONTRATANTE.

Realizar os serviços contratado nas dependências de sua sede ou filiais, valendo-se de seus próprios equipamentos e insumos (computadores, materiais de expediente etc.), os quais não são de integral responsabilidade do CONTRATADO.

Cumprir fielmente o presente contrato, inclusive os prazos de execução dos serviços nos termos acordados, executando-os sobre sua inteira responsabilidade, apresentando relatórios de suas atividades, sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução.

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Responsabilizar-se pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrente de sua culpa ou dolo, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento efetuado pela CONTRATANTE.

Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do fornecimento de mão de obra, transportes, locomoção, alimentação, hospedagem e estadia de pessoal, pagamentos de seguros, tributos, encargos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

A regra do item antecedente não é aplicável quando o CONTRATADO executar serviços fora de domicílio CONTRATADO ou da sede do CONTRATANTE, mas no interesse do CONTRATANTE, ocasião em que o CONTRATANTE arcará com todas as despesas necessárias ao cumprimento da tarefa empreendida, nos termos da Tabela de Honorários da OAB/TO.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a:

Providenciar os pagamentos devidos ao CONTRATADO, nos prazos estipulados, e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados a prestação dos serviços pelo responsável pela fiscalização.

Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços, por intermédio de servidor designado especialmente para este fim.



Fls. _____

ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE

CNPJ 07.783.321/0001-59

Comunicar ao CONTRATADO, através do executor designado, toda e quaisquer irregularidades ocorridas na prestação dos serviços e exigir as devidas providências que demandem do CONTRATADO.

Designar o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços.

Atestar a execução da prestação dos serviços efetivamente realizada e conforme as especificações técnicas dos serviços.

Fornecer ao CONTRATADO os elementos necessários à defesa de seus direitos, sejam documentos, procurações, certidões etc., sempre que se fizer necessário e assim que lhes for solicitado.

Arcar com todas as despesas e custas necessárias ao fiel desempenho do contrato e dele decorrentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência até o 31 de dezembro de 2023, contados a partir de 04 de janeiro de 2023, podendo, a critério das partes, ser prorrogado até o limite de sessenta meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único – Para efeitos deste contrato:

considera-se:

ano o período de doze meses contado do dia do início ao dia e mês correspondentes do ano seguinte;

mês o período de tempo contado do dia do início ao dia correspondente do mês seguinte;

quando no ano ou mês do vencimento não houver o dia correspondente ao do início do prazo, este findará no primeiro dia subsequente.

para fins de proporcionalidade e individualização em dias:

ano corresponde ao interregno de trezentos e sessenta e cinco dias;

mês corresponde ao interregno de trinta dias;

semana corresponde ao interregno de sete dias

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

O CONTRATADO se obriga a aceitar os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado de cada item do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA DESPESA

Os recursos orçamentários previstos e destinados à cobertura das despesas objeto deste contrato sairão por conta do:

FICHA	AÇÃO	DOTAÇÃO	FONTE	ELEMENTO DE DESPESA
00010	Manutenção da Câmara Municipal	01.01.01.031.0001.2.001	1500.000	3.3.90.35



ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE

CNPJ 07.783.321/0001-59

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao CONTRATANTE, a seu critério e através de seus servidores ou de pessoas previamente designadas, exercer a fiscalização de todas as fases de execução do presente contrato, sem prejuízo das ressalvas contidas nas disposições legais e normativas que regem a advocacia, sendo obrigação do CONTRATADO fiscalizar seus empregados, parceiros e prepostos.

Paragrafo Primeiro - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual, através da **Srª Raiane Daniel Carvalho, CPF nº 080.832.721-67**, Chefe de Controle Interno da Câmara Municipal De Praia Norte - TO, fiscal do presente contrato, ou por outro, se assim for designando formalmente e previamente, nos termos da legislação referente às licitações e contratos administrativos.

Paragrafo Segundo - O Fiscal do presente contrato será formalmente designado pelo CONTRATANTE, competindo-lhe o acompanhamento e fiscalização do contrato, respondendo pelas ações e omissões que vierem sujeitar a Câmara Municipal a prejuízos e danos, diretos e indiretos.

Paragrafo Terceiro - Dentre as atribuições do Fiscal do Contrato, entre outras decorrentes da função, destacam-se as seguintes:

acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

registrar nos autos do processo administrativo, quando observar irregularidades na execução do serviço, por meio de instrumento hábil (laudo de inspeção, relatórios de acompanhamento e recebimento, parecer técnico, memorando etc.), adotando as providências necessárias ao seu correto cumprimento em conformidade com os critérios de qualidade, rendimento, economicidade e eficiência, entre outros previstos no instrumento convocatório, contrato e/ou proposta;

acompanhar os prazos de vigência dos contratos, indicando a necessidade de prorrogações, acréscimos e supressões;

solicitar ao CONTRATADO e aos órgãos competentes da Administração Municipal, tempestivamente, todas as informações, documentos ou providências necessárias à boa execução do contrato;

proceder a verificação de todas as condições pré-estabelecidas pelos órgãos competentes da Câmara Municipal, devendo rejeitar, no todo ou em parte o fornecimento em desacordo com as mesmas, documentando as ocorrências nos autos da contratação;

requerer aos órgãos competentes da Câmara Municipal e ao Ordenador da Despesa que determine ao contratado, as providências para correção de eventuais falhas ou defeitos observados;



ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE

CNPJ 07.783.321/0001-59

nos casos de prorrogações, as solicitações devem ser expedidas em, no máximo, 90 (noventa) dias do término do contrato;

nos casos de acréscimos e supressões as solicitações devem ser expedidas em, no máximo, 90 (noventa) dias para a realização da alteração contratual;

verificar se o contrato firmado continua sendo necessário aos fins públicos, manifestando-se, imediatamente, em caso de desnecessidade; e

acompanhar os andamentos das solicitações de contratações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Além do direito ao ressarcimento por eventuais perdas e danos causados pelo CONTRATADO, por descumprir compromissos contratuais definidos neste instrumento decorrentes de atos que, no exercício profissional, praticar com dolo ou culpa, poderão ser-lhe impostas as seguintes penalidades previstas na Lei nº 8666/93, quais sejam:

Advertência;

Suspensão e impedimento do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal CONTRATANTE;

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no caso de reincidência em falta grave;

Pagamento de multa de até 5% sobre o valor da parcela em atraso.

Parágrafo Primeiro – A penalidade consistente em multa pode ser aplicada, cumulativamente, com uma das demais sanções, observada a gravidade na infração.

Parágrafo Segundo – Antes da aplicação de qualquer sanção será garantido ao CONTRATADO o contraditório e a ampla defesa, em processo administrativo.

Parágrafo Terceiro – Os valores das multas deverão ser recolhidos perante a Tesouraria da Câmara Municipal, no prazo e forma estabelecidos pelo CONTRATADO, sendo cobrada judicialmente caso ocorra sua inadimplência, após inscrição em dívida ativa, podendo o CONTRATANTE efetuar retenção junto aos créditos que, porventura, possua o CONTRATADO.

Parágrafo Quarto – O CONTRATADO não será punido e nem responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, ou quando provada a justa causa e impedimento, ou, ainda, quando não decorrem de atos que, no exercício profissional, praticar com dolo ou culpa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato por parte do CONTRATADO assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do art. 77 da Lei 8.666/93, bem como nos casos citados nos artigos 78 e 79 do mesmo diploma legal, sempre mediante notificação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo rescisão administrativa do presente contrato, às partes serão assegurados os direitos previstos no artigo 79 § 2º da Lei nº 8.666/93.



Fls. _____

**ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE**

CNPJ 07.783.321/0001-59

Parágrafo Segundo - O CONTRATANTE rescindir \grave{a} o contrato autom \acute{a} tica e independentemente de aviso ou notifica \c o judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos: concordata, fal \acute{e} ncia ou instala \c o de insolv \acute{e} ncia civil do CONTRATADO;

Parágrafo Terceiro – No caso de rompimento unilateral sem justa causa, a CONTRATANTE \acute{e} obrigada a pagar, \grave{a} CONTRATADA, por inteiro a retribui \c o vencida (honor \acute{a} rios advoc \acute{a} t \acute{c} ios contratuais), com comina \c oes legais e contratuais, e por metade a que lhe tocaria de ent \tilde{a} o ao termo final do contrato, conforme art. 603 do C \acute{o} digo Civil.

Parágrafo Quarto – A extin \c o do presente contrato, qualquer que seja o motivo (unilateral, amig \acute{a} vel ou pelo escoamento da sua vig \acute{e} ncia):

n \tilde{a} o desobriga o CONTRATANTE do pagamento das verbas honor \acute{a} rias contratadas, nos termos e condi \c oes ajustados neste instrumento,

n \tilde{a} o retira, nem exclui o direito do CONTRATADO de receber o quanto lhe seja devido a t \acute{t} ulo de honor \acute{a} rios advoc \acute{a} t \acute{c} ios sucumbenciais fixados pela autoridade judici \acute{a} ria ou decorrente da atividade administrativa, de modo que:

estando a causa encerrada, o CONTRATADO ter \acute{a} direito \grave{a} integralidade referida verba honor \acute{a} ria de sucumb \acute{e} ncia;

quanto \grave{a} s causas pendentes, o CONTRATADO ter \acute{a} direito \grave{a} parte verba honor \acute{a} ria de sucumb \acute{e} ncia calculada proporcionalmente ao servi \c o efetivamente prestado

importa na consequente e imediata revoga \c o dos mandatos procurat \acute{o} rios vinculados e decorrentes deste instrumento contratual, dispensada qualquer formalidade de cientifica \c o ou a notifica \c o espec \acute{i} fica dos mandat \acute{a} rios quanto \grave{a} revoga \c o, sendo dever do CONTRATANTE constituir novo procurador no prazo de 10 (dez) dias contados da rescis \tilde{a} o, data a partir da qual os mandat \acute{a} rios estar \tilde{a} o integralmente desobrigados dos poderes e responsabilidades oriundos da outorga.

Parágrafo Quinto – Nos casos em que o CONTRATANTE solicitar que o CONTRATADO expe \c a substabelecimento, sem reserva de poderes, ou quando, eventualmente, seja solicitado, por autoridade ou terceiros, ato formal de revoga \c o, o CONTRATADO poder \acute{a} formalizar ren \acute{u} ncia dos respectivos mandatos procurat \acute{o} rios, sendo que, nem o substabelecimento, nem a ren \acute{u} ncia, retirar \tilde{a} o ou excluir \tilde{a} o os direitos do o CONTRATADO quanto as verbas honor \acute{a} rias contratuais e tamb \acute{e} m as sucumbenciais, vigendo entre os contraentes, para todos os fins, os direitos e obriga \c oes pactuados neste instrumento, valendo, com rela \c o ao referido substabelecimento e ren \acute{u} ncia, os mesmos efeitos jur \acute{i} dicos da revoga \c o.

CL \acute{A} USULA D \acute{E} CIMA SEGUNDA – DO FORO



Fls. _____

**ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE**

CNPJ 07.783.321/0001-59

O foro competente para dirimir e resolver qualquer questão relativa à presente contrato é o da Comarca de Augustinópolis/TO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONSTITUIÇÃO DO TERMO

O presente termo contratual é título executivo extrajudicial, na forma do art. 24 da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB) c/c art. 784, incs. II, III e XII, do CPC, sendo que as importâncias devidas pela CONTRATANTE poderão ser exigidas através de processo de execução, ficando pactuada a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com a presença das testemunhas abaixo.

Praia Norte/TO, 05 de JANEIRO de 2023.

MARIA SOUZA ARAÚJO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE – TO
Contratante

NATANAEL GALVAO LUZ - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ sob nº 30.129.390/0001-65.
NATANAEL GALVÃO LUZ
Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: Raiane Daniel Carvalho
CPF/MF: 080.832.721-67

Nome: Marcela dos Anjos Neves
CPF/MF: 026.497.941-94



Fls. _____

**ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE**

CNPJ 07.783.321/0001-59

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS Nº 002/2023.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Praia Norte /TO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.783.321/0001-59, com sede no seguinte endereço: Rua Getúlio Vargas, s/n, Centro, CEP: 77.970-000, possuindo o telefone Fone: (063)3488-1216, neste ato representada pelo, Sr.^a **MARIA SOUSA ARAUJO**, brasileira, casada, portador do RG 73.681 SSP/TO, Órgão Emissor SSP-TO e CPF nº 818.089.171-20, residente e domiciliada na Rua 1 Conjunto popular casa 07 no Município de Praia Norte/TO.

CONTRATADA: NATANAEL GALVAO LUZ - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 30.129.390/0001-65, com sede sediada na Rua Planalto, nº 523, Centro, Augustinópolis – TO, neste ato representado pelo sócio proprietário **NATANAEL GALVÃO LUZ**, brasileiro, advogado, portador do RG nº. 112426099-1 SSP-MA e inscrito no CPF/MF sob o nº 026112933-33.

VALOR: O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pela execução dos serviços objeto deste contrato, honorários advocatícios contratuais no valor mensal de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais), o que corresponde o valor total de **R\$ 72.000,00** (setenta e dois mil reais).

VIGÊNCIA: 05 de JANEIRO de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

DO OBJETO DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a prestar à CONTRATANTE a prestação de serviços técnicos profissionais especializados relativos ao patrocínio e à defesa de causas judiciais ou administrativas em demandas da **Câmara Municipal de Praia Norte/TO**.

Praia Norte/TO, 05 de JANEIRO de 2023.

MARIA SOUZA ARAÚJO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE – TO

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICO que, nesta data, afixei uma via do presente no placard desta Câmara Municipal de Vereadores de Praia Norte – TO.
Praia Norte/TO, 04 de janeiro de 2023

RUBENS SOUSA NUNES
Presidente da Comissão Permanente de Licitação